

Informações Financeiras Intermediárias

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

30 de junho de 2025
com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Comentário de Desempenho

30 de junho de 2025 (2 TRI 25) e 30 de junho de 2024 (2TRI 24)

Destaques Financeiros

Receita Líquida

No 2TRI 25, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 86,0 milhões, uma queda de 10,9% em relação ao mesmo trimestre de 2024 (R\$ 96,5 milhões). A redução foi influenciada, principalmente, pela menor receita de implementação de infraestrutura, em razão da ausência de aportes no período, conforme o calendário de reforços. No acumulado do semestre (6M 25), a receita líquida recuou 1,0% em comparação ao 6M 24.

Em contrapartida, a receita de operação e manutenção e a remuneração dos ativos de concessão apresentaram crescimento tanto no trimestre quanto no semestre, impulsionadas pela entrada em operação comercial dos reforços

Receita Operacional Líquida	2TRI 25	2TRI 24	Δ%	6M 25	6M 24	Δ%
Receita de implementação de infraestrutura	-	13.043	n/a	-	25.788	-100,0%
Operação e Manutenção	4.977	4.789	3,9%	9.954	9.578	3,9%
Remuneração dos ativos de concessão	90.870	88.517	2,7%	210.616	187.256	12,5%
Encargos regulatórios e outras deduções	(9.847)	(9.865)	-0,2%	(22.518)	(22.482)	0,2%
Receita Operacional Líquida	86.000	96.484	-10,9%	198.052	200.140	-1,0%

Custos e Despesas

No 2TRI 25, os custos e despesas apresentaram queda de 65,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, refletindo as seguintes variações: (i) redução de 100,0% no custo de construção, devido à conclusão dos investimentos em reforços realizados em 2024; (ii) aumento de 42,8% na linha de pessoal, em função do crescimento de despesas relacionadas à otimização da cultura organizacional e dos processos da Companhia; e (iii) queda de 20,1% em serviços de terceiros, influenciada pela realização de atividades não recorrentes no 2TRI 24.

No acumulado do semestre (6M 25), os custos e despesas reduziram em 63,4% em comparação ao 6M 24, resultado, principalmente, da eliminação dos custos de construção após a finalização dos aportes em reforços.

PMSO e D&A	2TRI 25	2TRI 24	Δ%	6M 25	6M 24	Δ%
Serviços de terceiros	(2.395)	(2.996)	-20,1%	(5.347)	(6.519)	-18,0%
Custos de construção	-	(10.133)	-100,0%	-	(20.035)	-100,0%
Pessoal	(2.284)	(1.600)	42,8%	(5.603)	(5.240)	6,9%
Outros	(473)	(392)	20,7%	(1.007)	(868)	16,0%
Custos e Despesas	(5.152)	(15.121)	-65,9%	(11.957)	(32.662)	-63,4%

Endividamento

Em junho de 2025, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 929,0 milhões, redução de 2,5% em

relação a junho de 2024. As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 91,3% (R\$ 1.015,7 bilhão) no longo prazo e 9,5% (R\$ 96,7 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 100% dos títulos estão atrelados ao IPCA.

Endividamento (em milhares de reais)	Junho/25	Junho/24	Δ%
Empréstimos e financiamentos	626.958	620.195	1,1%
Debêntures	485.429	482.283	0,7%
Dívida Bruta	1.112.387	1.102.478	0,9%
Caixa e Aplicações financeiras	(183.419)	(150.148)	22,2%
Dívida Líquida	928.968	952.330	-2,5%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano da dívida consolidada.



EBITDA e Margem EBITDA

No 2TRI 25, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 39,2 milhões, uma redução de 8,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 42,8 milhões). No acumulado do semestre (6M 25), o lucro líquido totalizou R\$ 90,5 milhões, representando um crescimento de 7,6% em comparação ao 6M24.

O resultado financeiro no 2TRI 25 foi de R\$ 27,8 milhões, alta de 7,2% frente a 2TRI 24 (R\$ 26,0 milhões). No semestre, o resultado financeiro acumulado atingiu um crescimento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento dos indicadores macroeconômicos, como IPCA e TJLP, que impactaram as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos.

O EBITDA no 2TRI 25 somou R\$ 80,9 milhões, com margem de 94,1%, mantendo-se estável em comparação ao 2TRI 24. No acumulado de 6M 25, o EBITDA foi de R\$ 186,3 milhões, com margem de 94,0%.

EBITDA	2TRI 25	2TRI 24	Δ%	6M 25	6M 24	Δ%
Lucro Líquido	39.186	42.837	-8,5%	90.536	84.127	7,6%
IRPJ / CSLL	13.833	12.565	10,1%	35.930	28.870	24,5%

Resultado Financeiro	27.829	25.961	7,2%	59.629	54.481	9,4%
Depreciação / amortização	73	(38)	-292,1%	158	(20)	-890,0%
EBITDA	80.921	81.325	-0,5%	186.253	167.458	11,2%
Margem EBITDA	94,1%	84,3%	11,6%	94,0%	83,7%	10,4%

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2025

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado (consumido).....	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselho de Administração e Acionistas da
Argo VII Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo VII Transmissão de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

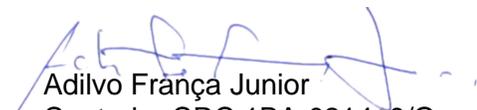
Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas e informações intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e a revisão das informações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado (informação suplementar) referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 31 de janeiro de 2025 e de 12 de agosto de 2024, respectivamente.
São Paulo, 12 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balço patrimonial
30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.699	7.967
Títulos e valores mobiliários	5.1	91.987	79.106
Contas a receber de clientes	6	32.170	38.793
Imposto de renda e contribuição social a compensar		3.949	2.836
Outros tributos a compensar		92	80
Ativo da concessão	7.1	337.560	324.558
Fundos vinculados	5.2	-	40
Outros ativos		24.668	17.000
Total do ativo circulante		499.125	470.560
Não circulante			
Fundos vinculados	5.2	82.733	76.715
Contas a receber de clientes	6	8.880	-
Ativo da concessão	7.1	2.528.708	2.481.395
Outros ativos		15.585	21.652
Imobilizado		1.212	1.331
Intangível		325	364
Total do ativo não circulante		2.637.443	2.581.457
Total do ativo		3.136.568	3.052.017

	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		1.593	9.514
Encargos sociais e trabalhistas		544	435
Obrigações tributárias	8	5.265	5.390
Obrigações regulatórias	9	3.806	3.418
Dividendos a pagar		99.246	1.492
Contas a pagar - partes relacionadas	14	878	1.208
Empréstimos e Financiamentos	10	60.583	56.962
Debêntures	11	36.093	34.303
PIS e COFINS diferidos	12	31.224	30.022
Provisões		2.453	3.182
Outros passivos		27.739	16.653
Total do passivo circulante		269.424	162.579
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	10	566.375	579.529
Debêntures	11	449.336	447.311
Contingências Passivas	13	1.596	3.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	430.292	396.143
PIS e COFINS diferidos	12	233.905	229.528
Total do passivo não circulante		1.681.504	1.655.588
Patrimônio líquido			
Capital social	15	504.397	504.397
Reserva de lucros		554.707	693.453
Dividendos adicionais propostos		36.000	36.000
Lucros acumulados		90.536	-
Total do patrimônio líquido		1.185.640	1.233.850
Total do passivo e patrimônio líquido		3.136.568	3.052.017

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado

Para os trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		3.535	6.918	16.155	30.205
Remuneração financeiro do ativo de concessão		82.465	191.134	80.329	169.935
Receita líquida	16	86.000	198.052	96.484	200.140
Custo de construção	17	-	-	(10.133)	(20.035)
Custo de operação e manutenção	17	(3.134)	(7.250)	(3.319)	(8.173)
Lucro bruto		82.866	190.802	83.032	171.932
Gerais e administrativas	17	(2.018)	(4.707)	(1.669)	(4.454)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		80.848	186.095	81.363	167.478
Receitas financeiras	18	4.792	9.361	3.160	7.039
Despesas financeiras	18	(32.621)	(68.990)	(29.121)	(61.520)
Resultado financeiro		(27.829)	(59.629)	(25.961)	(54.481)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		53.019	126.466	55.402	112.997
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	(1.056)	(1.781)	(1.580)	(2.407)
Diferido	19	(12.777)	(34.149)	(10.985)	(26.463)
Lucro líquido do período		39.186	90.536	42.837	84.127
Lucro por ação - R\$ (básico e diluído)	20	0,0777	0,1795	0,0849	0,1668

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Para os trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Lucro líquido do período	39.186	90.536	42.837	84.127
Resultado abrangente total do período	39.186	90.536	42.837	84.127

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social Subscrito e integralizado	Legal	Reservas Retenção de Lucros	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		504.397	34.178	505.964	31.605	32.916	-	1.109.060
Lucro líquido do período	20	-	-	-	-	-	84.127	84.127
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(32.916)	-	(32.916)
Saldos em 30 de junho de 2024		504.397	34.178	505.964	31.605	-	84.127	1.160.271
Saldos em 31 de dezembro de 2024		504.397	43.004	600.282	50.167	36.000	-	1.233.850
Lucro líquido do período	20	-	-	-	-	-	90.536	90.536
Dividendos adicionais aprovados	15	-	-	(138.746)	-	-	-	(138.746)
Saldos em 30 de junho de 2025		504.397	43.004	461.536	50.167	36.000	90.536	1.185.640

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para os trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		90.536	84.127
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	34.149	26.463
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	1.781	2.407
Provisão para PIS e COFINS diferidos	16	5.579	7.572
Remuneração do ativo de concessão	16	(210.616)	(187.256)
Receita de operação e manutenção	16	(9.954)	(9.578)
Receita de construção	16	-	(25.788)
Receitas de aplicações financeiras	18	(9.798)	(7.374)
Depreciação e amortização		158	(20)
Juros e variação monetária sobre empréstimos	10	33.487	28.419
Juros e variação monetária sobre debêntures	11	34.318	32.449
Amortização dos custos de transação	10 e 11	500	500
Caixa aplicado nas operações		(29.860)	(48.079)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(2.077)	(3.550)
Ativo da concessão	7	160.255	140.757
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.537)	(997)
Outros tributos a compensar		(12)	(121)
Contas a receber - partes relacionadas		-	(12)
Outros Ativos		(1.601)	798
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(7.921)	(1.657)
Encargos sociais e trabalhistas		109	218
Obrigações tributárias	8	(125)	(1.406)
Obrigações regulatórias	9	388	236
Contas a pagar - partes relacionadas	14	(330)	(324)
Provisões		(729)	-
Contingências passivas		(1.481)	1.135
Outros passivos		11.086	6.732
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.357)	(2.407)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		124.808	91.323
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(95.830)	(59.351)
Resgates em títulos e valores mobiliários		88.106	79.663
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.724)	20.312
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		7.836	-
Pagamento de principal de empréstimos	10	(27.207)	(22.505)
Pagamento de principal de debêntures	11	(8.011)	(7.015)
Pagamento de juros de empréstimos	10	(23.689)	(22.976)
Pagamento de juros de debêntures	11	(22.952)	(21.753)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito		(33.844)	(72.037)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito		32.507	69.812
Dividendos pagos		(40.992)	(34.287)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(116.352)	(110.761)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		732	874
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	8.699	8.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	7.967	7.476
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		732	874

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do valor adicionado (consumido)
Para os trimestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	9.954	9.578
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	25.788
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	210.616	187.256
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(1.168)	822
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(5.347)	(6.519)
Custo de Operação e manutenção	(641)	(744)
Custo de construção	-	(20.035)
Outros	(999)	(757)
Valor adicionado bruto	212.415	195.389
Depreciação e amortização	(158)	20
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	212.257	195.409
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.816	7.384
Valor adicionado total a distribuir	222.073	202.793
Distribuição do valor adicionado	222.073	202.793
Pessoal	5.024	5.240
Remuneração direta	4.085	3.890
Benefícios	704	509
Encargos sociais	235	841
Impostos, taxas e contribuições	58.708	52.558
Tributos federais	58.108	49.891
Tributos estaduais	293	1.853
Tributos municipais	307	814
Remuneração de capitais de terceiros	67.805	60.868
Juros	67.805	60.868
Remuneração de capitais próprios	90.536	84.127
Lucro líquido do período	90.536	84.127

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Argo VII”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional (SIN) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o registro na categoria B, sendo o pedido deferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. (“Argeb”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Companhia.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Concessão--Continuação

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida ("RAP") após entrada em operação do empreendimento. O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação parcial em 27 de março de 2018, e em 17 de abril de 2020 o projeto foi integralmente concluído e entrou em operação total.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 281.388 (valor para o ciclo 2024-2025), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implantação de reforços através das seguintes Resoluções Autorizativas:

REA n° 11.325/2022 de 15 de março de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Orolândia II, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 3,4 milhões, cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

Em 27 de julho de 2023, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação um banco de reatores de barra monofásico RT4 500 kV – 33,3 Mvar, adequação da conexão do 2º banco de reatores de barra monofásicos (3x33,3 Mvar), instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500 kV, para o reator de barra RT4 500kV – 33,3 Mvar na subestação de Orolândia II, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 21 de julho de 2023. Na mesma data, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo para a operação do projeto de reforço de instalação um módulo de infraestrutura associado ao 2º banco de reatores monofásicos 500 kV na subestação de Orolândia II e interligação de barramentos IB5, em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 21 de julho de 2023.

REA n° 11.903/2022 de 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Orolândia II, com investimento previsto de 76,8 e Receita Anual Permitida de 9,4.

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação, na subestação de Orolândia II, de dois módulos de conexão, um em 230 kV e outro em 500 kV, para o banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230kV – 900 MVA, e um banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230-13,8 kV – 3x300 MVA, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Concessão--Continuação

REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022--Continuação

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço, na subestação Ourolândia II, de adequação de um módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra em 230 kV referente a instalação do terceiro banco de transformadores 500/230 kV, adequação da barra de transferência no pátio de 230 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores e adequação da barra de transferência no pátio de 500 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

REA nº 12.294/2022 de 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de R\$ 72,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 8,9 milhões, com término da obra em outubro de 2024.

Em 18 de outubro de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação MG 500 kV GENTIO DO OURO II MG1 BA - Módulo de infraestrutura de manobra - infraestrutura para a conexão do autotransformador TR3, lado de 230 kV, em BD4

1.2. Resolução Homologatória nº 3.475/25 – Revisão Tarifária Periódica

Em 17 de junho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.475/25, que estabeleceu o resultado das revisões tarifárias periódicas da Companhia a partir do mês de julho de 2025. Para as receitas ofertadas no leilão tivemos o percentual de reposicionamento de -0,40% e para as receitas oriundas dos reforços o percentual definido foi de 11,14%.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 13 de maio de 2025.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 20).

2.5. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, publicadas em 31 de janeiro de 2025, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1	1
Conta corrente bancária	8.698	7.966
Total	8.699	7.967

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Circulante

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	91.987	79.106
Total	91.987	79.106

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,13% do CDI em 30 de junho de 2025 (97,50,% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

5.2. Fundos vinculados - Caixa restrito

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta Reserva (**)	82.733	76.755
Total	82.733	76.755

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva", o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 30 de junho de 2025, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,38% do CDI (93,26% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber de clientes	32.170	31.149
Contas a receber de clientes LP	8.880	7.824
Total	41.050	38.973

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos a vencer	28.469	27.382
Títulos vencidos em até 30 dias	639	1.322
Títulos vencidos em até 90 dias	42	1.690
Títulos vencidos há mais de 90 dias	11.900	8.579
	41.050	38.973
Classificados como:		
Ativo circulante	32.170	38.973
Ativo não circulante (*)	8.880	-

(*) O montante de R\$ 8.880 classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.". O saldo comparativo em 31 de dezembro de 2024 seria de R\$ 7.824

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

7. Ativo da Concessão

7.1. Composição do Ativo da Concessão

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de construção	2.099.715	2.099.715
Receita de operação e manutenção	129.463	119.509
Receita de remuneração do ativo de concessão	2.359.362	2.148.746
Recebimentos	(1.734.055)	(1.573.800)
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	11.783	11.783
Total	<u>2.866.268</u>	<u>2.805.953</u>
Circulante	337.560	324.558
Não circulante	2.528.708	2.481.395

7.2. Margens de obrigações e performance

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Margem de O&M		
Receita	9.954	9.578
Custos	(7.250)	(8.173)
Margem (R\$)	<u>2.704</u>	<u>1.405</u>
Margem Percebida (%)	27%	15%
Margem de Construção (*)		
Receita	-	25.788
Custos	-	(20.035)
Margem (R\$)	<u>-</u>	<u>5.753</u>
Margem Percebida (%)	-	22%

(*) Investimento em reforços realizado no exercício de 2024 em projetos que entraram em operação durante o exercício de 2024, não havendo projetos de reforços em andamento para o exercício 2025.

7.3. Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.656.883</u>
Receita de construção	25.788
Remuneração do ativo de concessão	187.256
Receita de operação e manutenção	9.578
Recebimentos	(140.757)
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>2.738.748</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.805.953</u>
Remuneração do ativo de concessão	210.616
Receita de operação e manutenção	9.954
Recebimentos	(160.255)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>2.866.268</u>

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Obrigações tributárias

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	4.837	4.705
ICMS	-	136
ISS de terceiros	293	310
Outros tributos	135	239
Total	<u>5.265</u>	<u>5.390</u>

9. Obrigações regulatórias

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações a pagar de P&D	3.566	3.181
Encargos regulatórios a recolher (*)	240	237
Total	<u>3.806</u>	<u>3.418</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP - Financiadora de estudos e projetos.

10. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>BNDES</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>637.217</u>
Juros e variação monetária	28.419
Pagamentos de principal	(22.505)
Pagamentos de juros	(22.976)
Custo de transação	40
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>620.195</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>636.491</u>
Captação	7.836
Juros e variação monetária	33.487
Pagamentos de principal	(27.207)
Pagamentos de juros	(23.689)
Custo de transação	40
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>626.958</u>
	<u>30/06/2025</u>
Classificados como:	
Circulante	60.583
Não Circulante	566.375

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Em 28 de maio de 2018, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implantação, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 687.664. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,19% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" se iniciou em 15 de outubro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032. E, a amortização do subcrédito "B" se iniciou em 15 de janeiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032. Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 145.764, até o momento o fluxo de liberação de crédito foi o seguinte: R\$ 97.582 em agosto de 2023, R\$ 35.800 em dezembro de 2024 para a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 5,23% ao ano, a título de remuneração, acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo spread do BNDES de 1,50% ao ano. O subcrédito A será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, enquanto o subcrédito B será pago em 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" se iniciou em 15 de novembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. E, a amortização do subcrédito "B" se iniciou em 15 de abril de 2024, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 30 de junho de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2025</u>
2026	31.912
2027	70.659
2028	79.749
2029 em diante	384.055
Total	<u><u>566.375</u></u>

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avencas, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão de energia elétrica e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES. Sendo, a partir de 15 de outubro de 2019, 03 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida vencida, caso a cedente possua ICSD anual de, no mínimo, 1,3 e ICP anual de 20%.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)**

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Administração da Companhia faz o constante acompanhamento das cláusulas restritivas.

11. Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão
Saldo em 31 de dezembro de 2023	478.142
Juros e variação monetária	32.449
Pagamentos Principal	(7.015)
Pagamentos Juros	(21.753)
Custo de transação	460
Saldo em 30 de junho de 2024	482.283
Saldo em 31 de dezembro de 2024	481.614
Juros e variação monetária	34.318
Pagamentos Principal	(8.011)
Pagamentos Juros	(22.952)
Custo de transação	460
Saldo em 30 de junho de 2025	485.429
Classificado como:	30/06/2025
Circulante	36.093
Não Circulante	449.336

Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, e de forma a complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15 de dezembro de 2018, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Debêntures--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 30 de junho de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2025</u>
2026	27.474
2027	30.366
2028	30.366
2029 em diante	361.130
Total	<u>449.336</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Debêntures--Continuação

Cláusulas restritivas--Continuação

- Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas

12. PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Amortização	Saldos em 30/06/2025
PIS e COFINS Diferidos	259.550	45.400	(39.821)	265.129
Total	259.550	45.400	(39.821)	265.129

Classificados como:		
Circulante	30.022	31.224
Não circulante	229.528	233.905

13. Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

13. Contingências --Continuação

Em 30 de junho de 2025, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 1.596 (R\$ 3.077 em 31 de dezembro de 2024).

13.1. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 30 de junho de 2025, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 18.020 (R\$ 14.121 em 31 de dezembro de 2024).

14. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2025, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 878 (R\$ 1.208 em 31 de dezembro de 2024) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	30/06/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	-	878	-	1.121
Argo III	31/07/2029	-	-	-	58
Argo VI	31/07/2029	-	-	-	29
Total		-	878	-	1.208

14.1. Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2025 a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 5.067 (R\$ 5.976 em 30 de junho de 2024), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	30/06/2025	30/06/2024
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	1.795	1.748
Encargos sociais	1.105	758
Bônus	2.167	3.470
Total	5.067	5.976

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 504.397 tendo sido integralizados 504.397.379 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	30/06/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	100	504.397.379	100

15.1. Reservas de lucros

15.1.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

15.1.2. Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

15.2. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

Período de três meses findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

16. Receita líquida

	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Receita de construção	-	-	13.043	25.788
Receita de remuneração do ativo de contrato	90.870	210.616	88.517	187.256
Receita de operação e manutenção	4.977	9.954	4.789	9.578
Parcela variável e outras deduções	(490)	(1.170)	(36)	(16)
Outras receitas	2	2	1.475	837
Receita bruta	95.359	219.402	107.788	223.443
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(1.454)	(5.579)	(3.328)	(7.573)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(6.913)	(13.788)	(7.095)	(13.987)
(-) Encargos regulatórios	(992)	(1.983)	(881)	(1.743)
Receita líquida	86.000	198.052	96.484	200.140

17. Custos e despesas por natureza

	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Serviços de terceiros	(2.395)	(5.347)	(2.996)	(6.519)
Custo de construção	-	-	(10.133)	(20.035)
Pessoal	(2.284)	(5.603)	(1.600)	(5.240)
Arrendamentos e aluguéis	(91)	(176)	(73)	(235)
Depreciação e Amortização	(73)	(158)	38	20
Seguros	(208)	(414)	(212)	(424)
Tributos	(36)	(74)	(23)	(39)
Materiais	(28)	(51)	(76)	(85)
Outros	(37)	(134)	(46)	(105)
Total	(5.152)	(11.957)	(15.121)	(32.662)
Valores alocados a:				
Custos de construção	-	-	(10.133)	(20.035)
Custos de operação e manutenção	(3.134)	(7.250)	(3.319)	(8.173)
Despesas gerais e administrativas	(2.018)	(4.707)	(1.669)	(4.454)

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
 Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Resultado financeiro

	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	4.981	9.798	3.314	7.374
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(199)	(456)	(156)	(345)
Outras receitas financeiras	10	19	2	10
Total	4.792	9.361	3.160	7.039
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(309)	(320)	-	-
Juros e variação monetária	(31.863)	(67.805)	(28.885)	(60.868)
Outras despesas financeiras	(449)	(865)	(236)	(652)
Total	(32.621)	(68.990)	(29.121)	(61.520)
Resultado financeiro líquido	(27.829)	(59.629)	(25.961)	(54.481)

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	126.466	112.997
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(42.998)	(38.419)
Incentivos Fiscais (*)	7.112	9.654
Adições e Exclusões Permanentes	(2)	(3)
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	-	-
(+) Outros	(42)	(102)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(34.149)	(26.463)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(1.781)	(2.407)
Alíquota efetiva	28%	26%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

19.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(54.870)	390.235	335.365
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(15.005)	-	(15.005)
Contratos de concessão (b)	-	41.468	41.468
Saldos em 30 de junho de 2024	(69.875)	431.703	361.828
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(79.619)	475.762	396.143
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	764	-	764
Contratos de concessão (b)	(7.088)	40.473	33.385
Saldos em 30 de junho de 2025	(85.943)	516.235	430.292

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

20. Resultado por ação

	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025	01/04/2024 A 30/06/2024	01/01/2024 A 30/06/2024
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do período	39.186	90.536	42.837	84.127
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	504.397.379	504.397.379	504.397.379	504.397.379
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0777	0,1795	0,0849	0,1668

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros

21.1. Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	91.987	79.106	91.987	79.106
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	82.733	76.715	82.733	76.755
Total			174.720	155.821	174.720	155.861
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4		8.699	7.967	8.699	7.967
Contas a receber de clientes	6		41.050	38.973	41.050	38.973
Total			49.749	46.940	49.749	46.940
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores			1.593	9.514	1.593	9.514
Empréstimos e Financiamentos	10		626.958	636.491	626.958	636.491
Debêntures	11		483.934	480.604	485.429	481.614
Contas a pagar - partes relacionadas	14		878	1.208	878	1.208
Outros passivos			28.814	16.653	28.814	16.653
Total			1.142.177	1.144.470	1.143.672	1.145.480

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Hierarquia do valor justo--Continuação

21.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 30 de junho de 2025.

21.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

21.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

21.2.1. Risco de Crédito--Continuação

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de junho de 2025, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 41.050 (R\$ 38.973 em 31 de dezembro de 2024).

21.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

21.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

21.2.4. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de junho de 2025, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.593	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	60.583	63.825	70.659	431.891
Debêntures	36.093	27.474	30.366	391.496
Total	98.269	91.299	101.025	823.387

21.3. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de junho de 2025, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de junho de 2025, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,75% ao ano, para o IPCA, é de 4,48% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de junho de 2025 é de 8,03% ao ano.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3. Análise de sensibilidade--Continuação

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	8.699	1.196	897	598
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	91.987	12.648	9.486	6.324
Fundos restritos	Redução do CDI	82.733	11.376	8.532	5.688
Total		183.419	25.220	18.915	12.610
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	626.958	50.345	37.759	25.173
Debêntures	Aumento do IPCA	483.934	21.680	16.260	10.840
Total		1.110.892	72.025	54.019	36.013

22. Seguros

Em 30 de junho de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	3.067.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	70.000	07/09/2025

23. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2025, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	30/06/2025	30/06/2024
Compensação de IRPJ	8.691	9.654

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

24. Eventos subsequentes

24.1. Resolução Homologatória nº 3.481/25 – Reajuste anual da RAP

Em 15 de julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481/25, que estabeleceu os reajustes da RAP da Companhia para o ciclo 2025-2026 no valor de R\$292.994.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Thiago Borges Martins
Controller
CRC RJ-116409/O